



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS

*Lei Municipal nº. 216, de 11 de janeiro de 2001.*

*São José de Espinharas/PB – Quinta-feira, 27 de novembro de 2025.*



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE  
ESPINHARAS

**THAISE GOMES DE SOUSA**  
Prefeita

**YAN NOBREGA DE SOUSA**  
Vice-Prefeito

**DIOCÊNIO SÁTIRO DE SOUSA NETO**  
Chefe de Gabinete

**ELIZANDRA OLIVEIRA DA NÓBREGA GOMES**  
Secretária de Administração e Recursos Humanos

**RUY RAKSON CORDEIRO ALVES JUNIOR**  
Secretário de Finanças e Serviços de Tesouraria

**THADEU BEZERRA DE SOUSA**  
Secretário Municipal de Controle Interno

**DIOGENS AUGUSTO DE MIRANDA**  
Secretário de Educação, Cultura, Esportes

**EDJANE GOMES DE SOUSA**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico,  
Turismo e Renda

**LARISSA PEREIRA MONTEIRO**  
Secretária de Saúde

**ALUIZO ALVES DE SOUSA**  
Secretário de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e  
Recursos Hídricos

**MARIA ALVES DOS SANTOS**  
Secretária de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e  
Habitação

**MARCOS AURELIO GOMES DE SOUSA**  
Secretário de Obras, Urbanismo e Infraestrutura

**JOSÉ EVANILDO MEDEIROS DE SOUSA**  
Secretário de Serviços Públicos

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

**DECRETO Nº. 179 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O CALENDÁRIO PARA A FRUIÇÃO DE LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE PELOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e a Lei Complementar nº 367/2011;

**CONSIDERANDO** o direito à licença-prêmio por assiduidade, assegurado aos servidores públicos municipais que completaram 10 (dez) anos de efetivo exercício, nos termos da legislação municipal vigente;

**CONSIDERANDO** a necessidade de organizar a fruição de tal benefício de forma a garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, sem prejuízo ao direito dos servidores;

**CONSIDERANDO** o poder-dever da Administração Pública de, em ato discricionário, estabelecer critérios de conveniência e oportunidade para a concessão da licença-prêmio, conforme entendimento consolidado na jurisprudência pátria;

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica estabelecido o calendário para a fruição da licença-prêmio por assiduidade para os servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município de São José de Espinharas que já tenham preenchido o período aquisitivo de 10 (dez) anos de efetivo exercício.

**Art. A** fruição das licenças-prêmio de que trata este Decreto ocorrerá de forma escalonada no período compreendido entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2028.

**Art. 3º** A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, em conjunto com os titulares das demais Secretarias e órgãos municipais, será responsável pela

elaboração do cronograma de fruição das licenças, observando os seguintes critérios para a organização da escala de afastamento:

**I** - A prioridade para a escolha do período de fruição será do servidor com mais tempo de serviço público municipal;

**II** - Em caso de empate, terá preferência o servidor de maior idade;

**III** - A necessidade e a continuidade do serviço público, que prevalecerão sobre o interesse individual do servidor, podendo a Administração, de forma motivada, indeferir a fruição em determinado período e designar nova data;

**IV** - A limitação do número de servidores em gozo de licença-prêmio simultaneamente no mesmo setor ou órgão, a fim de não comprometer o regular andamento das atividades.

**Art. 4º** A Secretaria Municipal de Administração publicará o cronograma consolidado de fruição das licenças-prêmio até o dia 19 de dezembro de 2025.

**Art. 5º** O cronograma de que trata este Decreto poderá ser alterado pela Administração Pública, de ofício e em caráter excepcional, por comprovada necessidade do serviço, mediante decisão fundamentada e com comunicação prévia ao servidor.

**Art. 6º** O servidor incluído no cronograma que, por interesse particular, desejar alterar o período de sua licença, deverá formalizar o pedido com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, o qual será submetido à análise de conveniência e oportunidade da Administração.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de São José de Espinharas, Estado da Paraíba, em 26 de novembro de 2025.



**THAISE GOMES DE SOUSA**  
Prefeita Constitucional